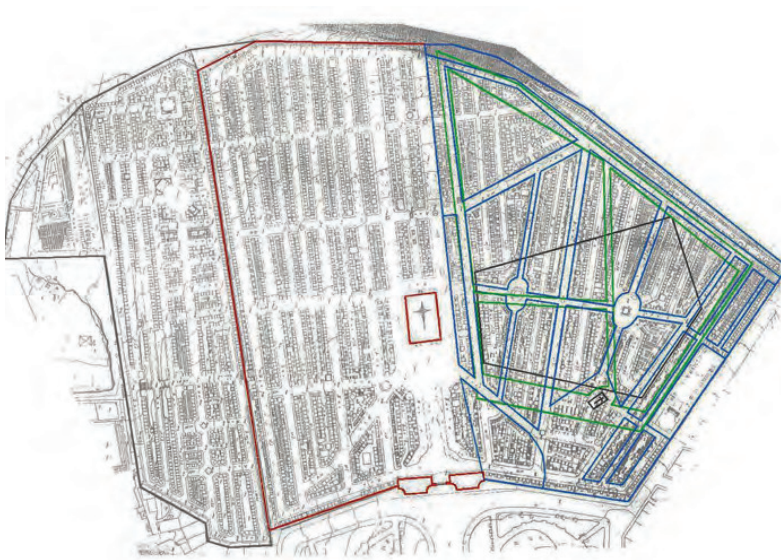


Conhecer e revelar o espaço e as construções do Cemitério dos Prazeres do século XIX

O Cemitério dos Prazeres tem a sua origem no ano de 1834, tendo sido implantado sobre o vale de Alcântara em parte de uma quinta denominada dos Prazeres, onde existia uma Ermida dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, que dará o nome ao cemitério.

O espaço cemiterial obedeceu a um programa previamente estabelecido e publicado na *Gazeta Official do Governo*¹. Determinava esse programa que o cemitério devia ter uma forma regular, com pórtico fechado, uma decente ermida e espaço para valas de enterramentos gerais, para sepulturas rasas e para mausoléus. É esse programa que está subjacente ao *Projecto para a distribuição do cemitério público do lado occidental de Lisboa*, assinado logo em 1834 pelo arquitecto José da Costa Sequeira. Segundo este projecto, na origem, a entrada estava localizada num dos eixos laterais do cemitério, frente à Estrada dos Prazeres. A situação altera-se a partir de 1838, quando a Câmara de Lisboa encontra no cemitério parisiense de Père-Lachaise um modelo a seguir, tendo então mandado vir o seu projecto e regulamento interno da capital francesa. A Câmara encarrega o seu arquitecto de “dividir o terreno interno em ruas bordadas de arvoredo e monumentos”, e levantar “a planta de uma decente capela, e pórtico”². A intenção do município terá sido empreender a ampliação e a redistribuição do espaço cemiterial, de modo a ultrapassar a posição “periférica e enviesada” da referida ermida, e a localização “indirecta” da entrada, verificando-se uma clara vontade de regularizar o espaço cemiterial, de torná-lo simétrico e com uma centralidade bem demarcada. Embora essa ampliação se tenha concretizado, tanto a capela



Reconstituição da evolução do espaço do Cemitério dos Prazeres durante o séc. XIX, sobre planta de finais do séc. XX: preto, área inicial e localização da ermida dos Prazeres [1834]; verde, área a adicionar, sua distribuição e localização da ermida dos Prazeres [1834]; azul, ampliação, sua distribuição e localização da ermida dos Prazeres [1856/58]; vermelho, ampliação, sua distribuição, localização da nova entrada e da nova capela [1863]

como a nova entrada só se realizariam bastante mais tarde, como se pode ver no primeiro levantamento exacto da cidade de Lisboa, isto é, na *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/58*, onde se confirma a ampliação do cemitério mas ainda se mantém a primitiva entrada lateral e a Ermida dos Prazeres. Pela mesma *Carta Topográfica*, podemos igualmente verificar que toda a área que circunda os muros do cemitério

é caracterizada por uma topografia rural, de terrenos privados de quintas, o que demonstra que este novo equipamento liberal foi um foco direccionado de desenvolvimento da cidade e consequentemente de traçado urbano.

Na segunda metade do séc. XIX, o cemitério dos Prazeres terá a sua área aumentada à custa da sucessiva anexação de terrenos. Esse contínuo aumento da sua área leva a que, em

1863, seja aprovado um novo projecto de distribuição dos arruamentos incluindo a regularização da sua entrada. Seria então apresentado o projecto de um portal, que corresponde ao actual acesso desenhado pelo arquitecto Domingos Parente da Silva. Paralelamente a estes melhoramentos, construiu-se a nova capela em 1861, para a qual passaria a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres. A nova entrada e a nova capela determinariam uma nova centralidade no espaço do cemitério ainda nesse séc. XIX. Podemos definir essa nova centralidade seguindo o eixo traçado desde o exterior na Rua Saraiva de Carvalho, continuando pelo Largo dos Prazeres, sendo marcado pelo pórtico da entrada, seguindo pelas ruas 11 e 15, as quais se dilatam formando uma espécie de praça onde se implanta a nova capela, nas traseiras da qual esse eixo se prolonga até ao limite ocidental do cemitério. O cemitério oitocentista pensado e delineado por razões higienistas como um espaço fun-

cional e regular, com centralidades e periferias em tudo semelhantes à morfologia urbana da cidade, revela-se uma segunda cidade. A valorização, histórica e artística do Cemitério dos Prazeres contribuirá para uma consciência patrimonial com a clara intenção de promover a sua conservação e divulgação.

Nesta segunda cidade, na encenação romântica deste novo palco da memória, feita através da construção de jazigos assumidos como monumentos, coube à arquitectura historicista o papel principal, tornando-se o cemitério num catálogo vivo de estilos arquitectónicos que, partindo do modelo de raiz clássica ou do modelo de raiz gótica, apresentam um múltiplo leque de variantes.

Os jazigos construídos na área correspondente à primeira fase do cemitério reproduzidos na obra *Os túmulos Portugueses no alto dos Prazeres* de 1845, revelam que as formas mais frequentemente usadas para a composição dos túmulos de menores dimensões eram: o pedestal, a colu-

na, a pilastra, o obelisco, a pirâmide e a urna. Nos túmulos de maior dimensão, construções mais próximas de um pequeno edifício, tendo por vezes a designação de jazigo ou jazigo de família, adoptaram-se traçados de raiz antiga, nomeadamente romana, o que no contexto do séc. XIX poderíamos designar de traça neoclássica. Os modelos adoptados para essas construções funerárias são semelhantes aos modelos construídos e reproduzidos nas primeiras recolhas de túmulos e nos primeiros guias de cemitérios publicados na Europa, modelos presos às formas da Alta Antiguidade, da Antiguidade Clássica, e da época Medieval. A maior parte destas construções eram desenhadas e executadas por canteiros, o que levaria à sua massificação.

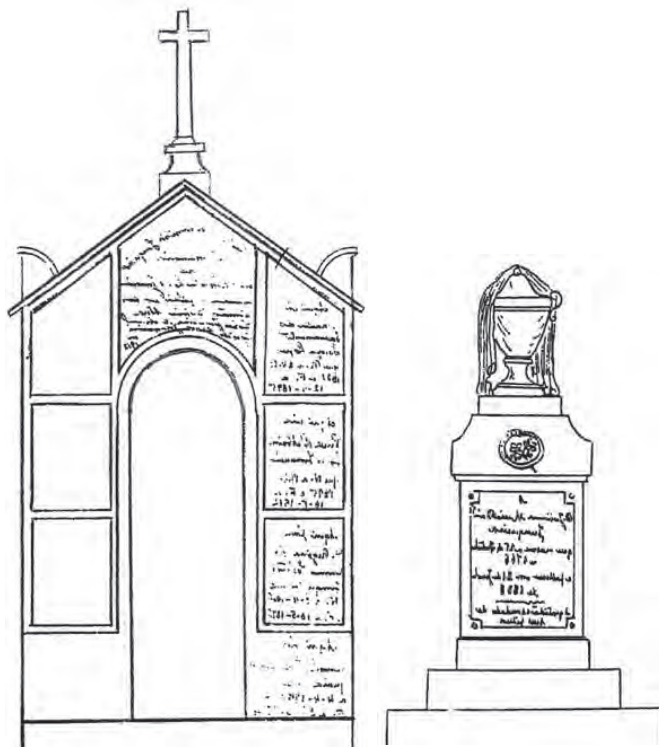
Igualmente da 1.^a metade do séc. XIX e construído nessa primeira centralidade, destacamos o jazigo da família Palmela. Em 1845, a Câmara Municipal de Lisboa acordava que se aceitasse “a oferta” feita por



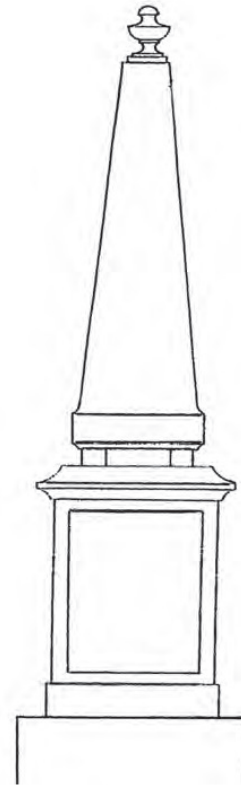
Filipe Folque, Carta Topográfica da Cidade de Lisboa e seus arredores, 1856/58



Jazigo família Palmela, Giuseppe Cinatti, c. 1847



2.º e 1.º desenhos apresentados à C.M.L. para o jazigo n.º 3



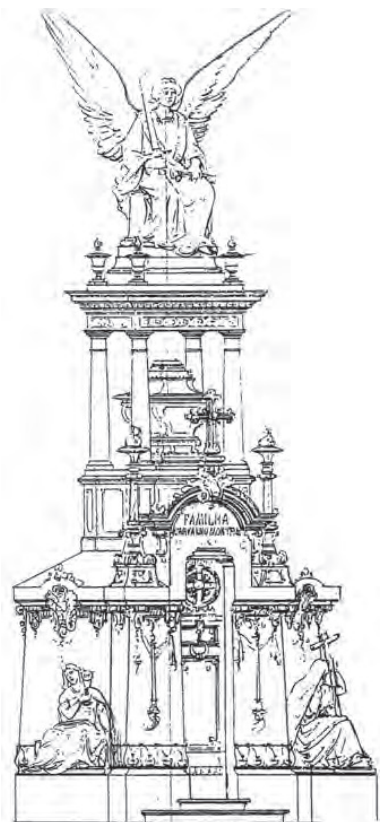
Desenho apresentado à C.M.L. para jazigo n.º 7

D. Pedro de Sousa Holstein, de “juntar ao cemitério dos Prazeres um terreno de 500 palmos quadrados, edificando em parte dele um túmulo para sua família”³. O Duque de Palmela convidaria o arquitecto cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti para projectar o seu jazigo. Cinatti elege dois modelos “antigos” um pórtico dórico inserido numa pirâmide, e cria uma composição autónoma, conseguida através de uma marcada delimitação do espaço. A escala e a implantação do jazigo Palmela tornaram-no irrepetível. Ainda em relação aos jazigos nem sempre a actual construção corresponde à “original”. O modelo do jazigo que foi inicialmente construído era, normalmente, uma pequena construção (jazigo subterrâneo, jazigo agulha), depois substituída por uma construção de maior dimensão, mais próxima de um edifício (jazigo capela). Os jazigos de pequena

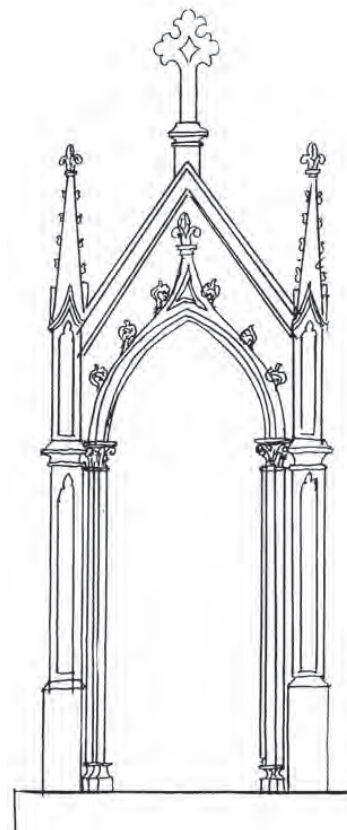
dimensão continuaram a adoptar o modelo clássico que encontramos na área inicial do cemitério, desenvolvendo apenas variantes. O modelo clássico mais repetido, em termos numéricos e temporais, é o jazigo agulha, composto por plinto de secção quadrada sobre o qual assenta um obelisco de igual secção, e no topo uma cruz ou um vaso. No que diz respeito ao jazigo capela, o modelo de gosto clássico é o mais adoptado. Modelo aliás muito próximo do concebido em 1829 pelo arquitecto Etienne-Hyppolyte Godde, autor do projecto do cemitério Père-Lachaise. Paralelamente à adopção de um modelo clássico desenvolveu-se também um modelo gótico, de que o jazigo capela n.º 1424, construído, em 1864, pelo canteiro Germano, é um dos exemplos. Arquétipo muito semelhante ao do jazigo concebido por Brongniart para o banqueiro Greffulhe, que viria a ser construí-

do em 1815 no Père-Lachaise e que seria largamente reproduzido.

A oficina do canteiro António Moreira Rato seria a responsável pela construção, em 1866, do jazigo da família do Marquês de Castelo Melhor, que embora original no cemitério dos Prazeres, tem grandes semelhanças com a sepultura de família do Barão Demicoud erguido no cemitério Este de Paris, da autoria do arquitecto M. Pierre Clochard, e cujo projecto é reproduzido em *Monuments funéraires choisis dans les cimetières de Paris (...)*, da autoria de Normands Fils e publicado em 1832. A utilização destes guias por parte dos canteiros está comprovada pela existência na antiga oficina da firma Moreira Rato, da obra *Architecture Funéraire Contemporaine, Spécimens de Tombeaux (...)*, do arquitecto César-Denis Daly editada em 1871, na qual se conservava um vegetal que teria servido para copiar os contor-



Projecto apresentado à C.M.L. para o Jazigo Família Carvalho Monteiro, Luigi Manini, 1908



Desenho apresentado à C.M.L. para jazigo n.º 1424, Canteiro Germano, c. 1864

nos de um túmulo, construído no cemitério do norte de Paris, da autoria do arquitecto Simonnet.

Uma outra construção funerária é exemplo de uma grande encomenda, assinada por um arquitecto, de procura da nova centralidade e de persistências revivalistas no séc. XX. Trata-se do jazigo encomendado em 1908 por António Augusto Carvalho Monteiro ao arquitecto cenógrafo italiano Luigi Manini, que traçara o seu palácio de Sintra. Localiza-se na esquina da rua principal com a “praça pública” do cemitério dos Prazeres, em redor da entrada da capela do cemitério, ou seja, uma zona onde a visibilidade do jazigo estava assegurada. Manini traçou um monumental jazigo onde as esculturas assumem particular relevo. A composição assemelha-o a um

catafalco-monumento mantendo a espectacularidade celebrativa, mas ganhando o carácter de permanência. O arquitecto encena a posse e a celebração através de uma composição que acumula múltiplas opções formais que persistem no séc. XX.

Este jazigo permite identificar ainda mais a cidade dos mortos com a dos vivos, reproduzindo na primeira as atitudes e hierarquias da segunda, através da implantação de monumentais construções familiares como prolongamento da casa, e que levaria Michel Ragon a falar da “terceira residência familiar”⁴. Esse é também o modo de superar o carácter colectivo do espaço cemiterial, marcando não só a ideia de família, como também a individualidade da família, contando para isso com a individualidade do arquitecto, que

contribuirá decisivamente para que esse espaço ganhe uma teatralidade representativa do discurso social, tornando-se o cemitério numa cidade dentro da cidade.

NOTAS

- (1) *Gazeta Official do Governo*, n.º 35, Sábado 9 de Agosto, 1834, p. 141.
- (2) *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, doc. 13, 1838, p. 73.
- (3) *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1845, Outubro, p. 19. Tendo sido assinada a escritura de anexação em Março de 1847, in *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1847, Março, p. 9.
- (4) Michel Ragon – *L'Espace de la mort, Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires*. Paris: Albin Michel, 1981, p.48.

PAULA ANDRÉ,
Departamento de Arquitectura e
Urbanismo – ISCTE
paula.andre@iscte.pt